

RESPOSTA DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 01

Processo Administrativo nº24/2024

Pregão Presencial nº 02/2024

Assunto: pedido de esclarecimento quanto ao Edital e Termo de Referência

A Pregoeira da Fundação do ABC, vem responder ao pedido de esclarecimento, impetrado pela empresa **MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **21.922.507/0001-72**, encaminhado no dia 24/07/2024, através do e-mail: comissadelicitacao@fuabc.org.br, atentando ao estabelecidos das normas do edital.

Previamente, há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso. Portanto, não há que se falar em efeito suspensivo. Tem a Pregoeira nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício e seus anexos, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

Quanto ao requisito de admissibilidade, cabe ressaltar que o mesmo foi impetrado dentro do prazo estabelecido em Lei.

DOS QUESTIONAMENTOS DA EMPRESA

A empresa **MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **21.922.507/0001-72**, em seu pedido de esclarecimento, apresentou que:

- 1) Possuem inscrição no PAT?
- 2) Qual o atual fornecedor do objeto licitado e a Taxa de Administração praticada?
- 3) Quando se encerrará o contrato atual?
- 4) Empresas de arranjo aberto possuem redes bandeiradas, como é o caso das bandeiras VISA, ELO e MASTER. O autorizador de transações permite que os valores concedidos a título de benefício em determinada categoria sejam utilizados apenas nos estabelecimentos relacionados a

ela por meio da conferência do MCC, que é, em síntese, um código que corresponde à classificação do estabelecimento onde se pretende realizar a compra. Esse formato possibilita a utilização dos cartões bandeirados em quaisquer estabelecimentos que aceitem tal bandeira e tenham sua classificação fiscal em alimentação e refeição.

Dessa forma, a comprovação de rede credenciada para empresas de arranjo aberto se torna inócua, visto que a aceitabilidade dos cartões deste modelo é extremamente capilarizada em todo o território brasileiro (são mais de 2 milhões de estabelecimentos no Brasil) e há a segurança de que onde houver uma “maquininha” de cartões que aceite tal bandeira, será admitido o cartão da empresa de benefício alimentação e refeição que a utiliza.

Diante de todo o exposto, podemos entender que a empresa licitante que opera com arranjo aberto está dispensada de apresentar a listagem dos estabelecimentos credenciados nas localidades descritas no Edital?

- 5) Caso a resposta seja positiva, podemos entender que a licitante que opera com arranjo aberto também está dispensada de disponibilizar consulta à rede credenciada de estabelecimentos físicos em aplicativos (mobile – smartphone) com sistemas Android e IOS?
- 6) Caso a resposta seja negativa, qual será o prazo para que as empresas que deverão cumprir essa exigência apresentem a listagem da rede credenciada?
- 7) Levando em consideração a vedação de oferta de Taxa de Administração negativa. Há a possibilidade de ocorrer o empate real entre estas. Com base nos entendimentos jurisprudenciais, equiparando o empate ficto e o real, obrigando a aplicação do direito de preferência às ME/EPPs. Está correto o entendimento que, ocorrendo eventual empate entre as propostas apresentadas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no artigo 3º, § 2º da Lei 8.666/93 somente entre as ME/EPPs e após, permanecendo o empate, sorteio apenas entre essas?
- 8) Visando a vedação ao pagamento PÓS-PAGO previsto na Lei 14.442/22. Está correto o entendimento que a forma de pagamento será de natureza PRÉ-PAGA, ou seja, realizado antes da disponibilização dos créditos nos cartões?
- 9) Qual o valor unitário de cada cartão por beneficiário?
- 10) Qual o prazo de entrega dos cartões após a assinatura do contrato?
- 11) Será exigida garantia de contratação?

RESPOSTAS:

Em que pese o pedido de esclarecimento, a Fundação do ABC, representada pela Pregoeira, responde:

- 1) Sim, a Fundação possui inscrição no PAT.
- 2) O atual fornecedor para o objeto licitado é a Ticket S.A.
- 3) O contrato atual encerra em 16/07/2025.
- 4) Sim, conforme o PAT, as empresas podem ofertar os cartões com bandeiras. Sendo assim, fica dispensado de apresentar redes credenciadas mediante apresentação de declaração de arranjo aberto.
- 5) Sendo arranjo aberto, a empresa fica dispensada de apresentar aplicativo com redes credenciadas.
- 6) A apresentação deverá ocorrer no dia da sessão pública conforme instrumento convocatório.
- 7) Tomando como base edital, denota-se que a taxa não poderá ser ofertada de forma negativa, por infração à Lei do PAT, mas também não poderá ser positiva, pois ensejará a desclassificação, devendo todas as empresas apresentarem taxa zero.

Ainda com base no edital, a proposta deverá atender a critérios objetivos para sua classificação, sendo certo que eventual empate será dirimido através de votação, que também apresenta critérios objetivos com base no instrumento convocatório.

Nesse caso, estamos diante do empate real, onde as benesses ofertadas às ME's e EPP's através da legislação vigente não poderão ser adotados, havendo, inclusive, posicionamento do judiciário nesse sentido, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO - Fornecimento de auxílio-alimentação a servidores Públicos Municipais mediante a realização do Pregão Eletrônico nº 002/2023-CVL – Presunção de legitimidade dos atos administrativos não desconstituída pela Impetrante – Empate real entre as propostas apresentadas – Sorteio realizado entre todos os licitantes – Cabimento – Preferência de desempate conferida à ME e EPP, nos termos do

art. 44 e 45 da LC nº 123/06, que não tem o alcance almejado pela Impetrante – Tratamento diferenciado e favorecido que não se sobrepõe aos princípios da legalidade, vinculação do Edital, isonomia e contratação da proposta mais vantajosa à Administração – Precedentes deste E. TJSP. Recurso improvido.”
(TJ-SP - Embargos de Declaração Cível: 1016087-79.2023.8.26.0625 Taubaté, Relator: Carlos Eduardo Pachi, Data de Julgamento: 06/05/2024, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 06/05/2024)

- 8) Sim está correto.
- 9) O valor do benefício do vale alimentação e vale refeição é variável, tendo em vista a Convenção Coletiva de Trabalho e adesão das unidades.
- 10) O prazo encontra-se no termo de referência.
- 11) Favor seguir o instrumento convocatório.

Santo André, 25 de julho de 2024.

Tatyana M. Palma Tavares
Pregoeira